

SUMÁRIO

Prefácio	7
Apresentação.....	9
Agradecimentos.....	11
Introdução.....	19
(i) O tema da pesquisa e sua importância	19
(ii) Referencial metodológico e estrutura do trabalho.....	21
(iii) Recortes metodológicos.....	25
(iv) Contribuição às letras jurídicas brasileiras.....	26
1. Substituição e representação processuais: perfis histórico, comparatístico e dogmático.....	27
1.1. Plano do capítulo e notas metodológicas.....	27
1.2. Direito Romano	28
1.3. Direito Comum Ibérico.....	33
1.4. Substituição e representação processuais na doutrina entre o fim do século XIX e meados do século XX.....	38
1.4.1. Doutrina clássica alemã sobre a <i>Prozeßstandschaft</i>	38
1.4.2. Doutrina clássica italiana sobre <i>sostituzione processuale</i>	43
1.4.3. Doutrinas clássicas alemã e italiana sobre a representação processual.....	46
1.5. Panorama da substituição processual no Direito Contemporâneo.....	48
1.5.1. Direito alemão.....	48
1.5.2. Direito italiano.....	51
1.5.3. Direito espanhol.....	56

1.5.4. Direito francês.....	57
1.5.5. Direito português.....	58
1.5.6. Direito de países sul-americanos	60
1.5.7. Direito brasileiro.....	61
1.6. Panorama quanto à representação processual no Direito brasileiro atual (com observações sobre ordenamentos estrangeiros contemporâneos).....	84
1.6.1. Considerações iniciais	84
1.6.2. Representação legal de pessoas naturais	87
1.6.3. Fenômenos próximos à representação legal: assistência e autorização processuais	90
1.6.4. Representação orgânica de pessoas jurídicas	
1.6.5. Representação de entes sem personalidade civil ou jurídica, mas dotados de personalidade judiciária.....	94
1.6.6. Representação processual voluntária	98
1.6.7. Fenômeno próximo aos das representações orgânica e voluntária: preposição	105
1.6.8. Outras classificações da representação processual.....	106
1.7. Representação técnica (ou patrocínio judiciário)	106
1.8. Conclusão do capítulo.....	112
2. Exame crítico da <i>summa divisio</i> entre substituição e representação processuais.....	113
2.1. Plano do capítulo e notas metodológicas.....	113
2.2. Capacidade <i>versus</i> legitimidade no Direito Civil	114
2.3. Capacidade <i>versus</i> legitimidade no Direito Processual Civil.....	120
2.4. Posição e natureza da legitimidade <i>ad causam</i> no processo civil moderno	124
2.4.1. Direito alemão	124
2.4.2. Direito espanhol.....	125
2.4.3. Direito português.....	128
2.4.4. Direito italiano	132

2.4.5. Direito brasileiro.....	134
2.4.6. Conclusões parciais.....	145
2.5. Natureza e posição da legitimidade ativa para o processo coletivo ...	146
2.5.1. Brevíssima introdução sobre a tutela coletiva (sob perspectiva da legitimidade ativa).....	146
2.5.2. Natureza da legitimidade ativa para a tutela coletiva.....	151
2.5.3. Ações ajuizadas por associações e sindicatos em favor de seus associados ou membros (temas n. 82, 499, 823 e 1199 de repercussão geral do STF)	156
2.5.4. Legitimidade coletiva e representatividade adequada	162
2.5.5. Conclusões parciais.....	166
2.6. Interesse do substituto e do representante.....	167
2.6.1. Conceito de interesse.....	167
2.6.2. Interesse público e interesse social (ou geral)	170
2.6.3. Interesses transindividuais e interesses institucionais	172
2.6.4. Interesse processual e interesse jurídico.....	174
2.6.5. Interesse jurídico direto e indireto	179
2.6.6. Interesse jurídico indireto para intervir (<i>legitimidade ad interveniendum</i>).....	181
2.6.7. Interesse jurídico indireto para acionar (<i>legitimidade ad causam extraordinária</i>).....	184
2.6.8. Conclusões parciais sobre o interesse jurídico.....	192
2.6.9. Interesse jurídico do substituto processual.....	193
2.6.10. Interesse jurídico do representante processual.....	199
2.7. Conclusão do capítulo.....	200
3. Meios de participação do principal e do agente.....	203
3.1. Plano do capítulo e notas metodológicas.....	203
3.2. Anacronismos decorrentes da concepção tradicional de que substituído e representante não são partes no processo individual	205
3.2.1. Considerações iniciais.....	205

3.2.2. Aferição da imparcialidade do juiz com respeito ao substituído e ao representante	206
3.2.3. Responsabilidade do representante e do representado por atos de deslealdade processual	208
3.2.4. Depoimento pessoal do substituto, do substituído, do representante e do representado	212
3.2.5. Posição do substituto, do substituído, do representante e do representado relativamente à execução forçada por sub-rogação	216
3.2.6. Sujeição do substituído e do representante a medidas executivas coercitivas	219
3.3. Participação do representante	224
3.4. Participação do representado	226
3.4.1. Considerações iniciais	226
3.4.2. Participação do representado legalmente	226
3.4.3. Participação dos sujeitos que formam pessoas jurídicas e entes despersonalizados	229
3.5. Participação do substituído no processo individual em que atua o substituto	236
3.5.1. Crítica ao conceito de “parte em sentido material”	236
3.5.2. Direito espanhol	242
3.5.3. Direito italiano	245
3.5.4. Direito francês	246
3.5.5. Direito soviético/russo	247
3.5.6. Direito brasileiro	248
3.6. Participação do potencial substituto em processo individual movido pelo substituído	268
3.7. Participação dos substituídos no processo coletivo	271
3.8. Conclusão do capítulo	278
4. Proteção do principal com relação a atos do agente	281
4.1. Plano do capítulo e notas metodológicas	281

4.2.	Deveres do agente com relação ao principal.....	282
4.2.1.	Deveres do representante no direito material.....	282
4.2.2.	Deveres do representante processual.....	285
4.2.3.	Deveres do substituto processual.....	286
4.3.	Os chamados “custos de agência” (breves notas de <i>Law and Economics</i>).....	287
4.4.	Riscos para o principal em razão de condutas dolosas do agente (violação ao dever de lealdade).....	293
4.4.1.	Considerações iniciais.....	293
4.4.2.	Caracterização do conflito de interesses em geral.....	294
4.4.3.	Conflito de interesses entre representante e representado processual.....	298
4.4.4.	Conflito de interesses entre substituto e substituído processual.....	300
4.4.5.	Colusão entre agente e adversário do principal.....	305
4.5.	Riscos para o principal em razão de condutas culposas do agente (violação ao dever de diligência).....	307
4.6.	Meios de proteção pré-processuais.....	310
4.7.	Meios de proteção endoprocessuais.....	313
4.7.1.	Controle de “representatividade adequada” do representante processual.....	313
4.7.2.	Controle de “representatividade adequada” do substituto no processo individual.....	317
4.7.3.	Limitações aos poderes do principal.....	320
4.7.4.	Intervenção do Ministério Público.....	326
4.7.5.	Meios de proteção contra a colusão.....	328
4.8.	Meios de proteção pós-processuais.....	330
4.8.1.	Considerações iniciais.....	330
4.8.2.	Coisa julgada e o substituído ausente.....	330
4.8.3.	Coisa julgada e o representado ausente.....	337
4.8.4.	Ação rescisória pelo principal.....	338

4.9. Conclusão do capítulo.....	340
Conclusões.....	343
Referências.....	347